



CONFLITOS SOCIAIS E DESAPROPRIAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PORTO DO AÇU

Raquel Chaffin Cezario, Marlon Gomes Ney

Ao longo dos anos, as cidades tornaram-se verdadeiras “empresas” e entraram em uma “guerra” para atrair indústrias e investimentos. Quando grandes empreendimentos buscam se instalar, destaca-se a criação de Decretos para a desapropriação de áreas que serão utilizadas por essas empresas. Este trabalho propõe um estudo sobre o processo de desapropriação de terras no 5º Distrito de São João da Barra para a construção do Porto do Açú. O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de desapropriação dessas áreas, levando-se em consideração a legislação vigente, os processos jurídicos e os conflitos estabelecidos entre os moradores, os empresários e o poder público. A metodologia segue uma abordagem qualitativa para a coleta e análise dos dados. Em uma alternância programática entre trabalho de campo e trabalho de gabinete, dados primários e secundários serão analisados. Observou-se que, ao considerar a problemática entre o econômico e o social, aparecem duas questões que precisam ser discutidas: a necessidade de terminais portuários para que o país esteja no centro de uma rede logística e os impactos sociais que as localidades acabam vivenciando em decorrência da implantação desses Portos. Desse modo, analisar o processo em que as remoções ocorrem ajuda na reflexão sobre as relações de poder que prevalecem na região e os conflitos que emergem. Atualmente, São João da Barra tem vivenciado um processo de apropriação de seu território por um agente que atua em diferentes escalas. Devido à ocupação, domínio e estabelecimento de áreas exclusivas para o Porto do Açú, houve a expulsão dos moradores tradicionais mediante a desapropriação de suas terras. Nesse processo, é nítida a atuação do poder público em nível local e estadual articulado às forças e interesses das ações de grandes corporações. Conclui-se que, em diferentes escalas, o Estado cria condições físicas, políticas e jurídicas necessárias ao uso do território, mesmo que para isso seja consubstanciada a criação de leis de regulação do uso do solo, a desobstrução de barreiras jurídicas e a articulação de interesses favoráveis às empresas.

Palavras-chave: Desapropriações, Conflitos sociais, Porto do Açú.

Instituição de Fomento: Capes.